



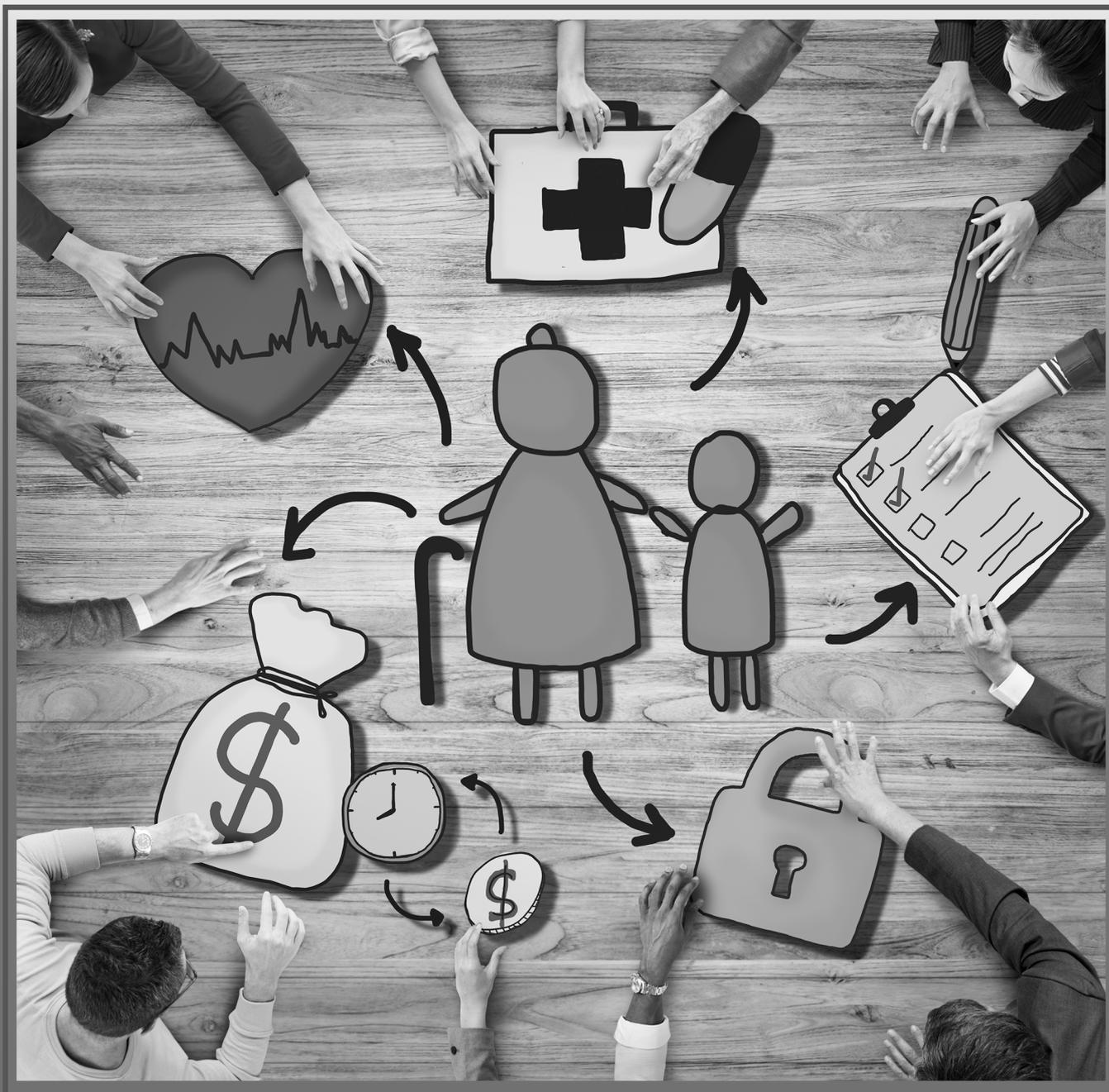
Processos de Subjetivação no Serviço Social

3

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2020



Processos de Subjetivação no Serviço Social

3

Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Prof^a Dr^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof^a Dr^a Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Prof^a Dr^a Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Prof^a Dr^a Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Processos de subjetivação no serviço social

3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Thaislayne Nunes de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 3 [recurso eletrônico] /
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: Word Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-233-3
DOI 10.22533/at.ed.333203007

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“NEM NASCER, NEM MORRER”: A AUSÊNCIA DO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE MULHERES E HOMENS EM SOFRIMENTO MENTAL MORADORES DE ÁREAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE CALUMBI-PE	
Rebeca Ramany Santos Nascimento Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.3332030071	
CAPÍTULO 2	21
PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BARRETO/BARRAMARES – MACAÉ/RJ: A MULHER COMO FIGURA REPRESENTATIVA NA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA	
Elaine da Costa Feitosa Pinto Gisiane de Mello Corrêa Labre	
DOI 10.22533/at.ed.3332030072	
CAPÍTULO 3	30
PREVENÇÃO DE ABORTAMENTO INSEGURO JUNTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE POBREZA	
Viviane Aparecida Siqueira Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.3332030073	
CAPÍTULO 4	40
SAÚDE MENTAL E A QUESTÃO DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: NARRATIVAS DE MULHERES EM UM CAPS AD	
Ana Alice Firmino de Barros Maria Isabelly Silva Pereira de Lima Rafael Nicolau Carvalho Alecsonia Pereira Araújo Danielle Viana Lugo Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.3332030074	
CAPÍTULO 5	51
PARA ALÉM DO DIAGNÓSTICO: O COTIDIANO DE MULHERES VIVENDO COM HIV/AIDS	
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento Rafael Nicolau Carvalho Alecsonia Pereira Araújo Danielle Viana Lugo Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.3332030075	
CAPÍTULO 6	63
RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE SEU IMPACTO NO CORPO DA MULHER NEGRA	
Noemi Cristina Ferreira da Silva Angélica de Jesus Conceição Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.3332030076	
CAPÍTULO 7	73
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COM ACOMPANHANTES DE USUÁRIOS DE UM HOSPITAL PÚBLICO DE FORTALEZA: TECENDO A PROMOÇÃO DA SAÚDE E O EMPODERAMENTO	
Neubejamia Rocha da Silva Lemos Cynthia Santos Neder Thomé	

Danielle de Menezes Vieira
Érica Silva Meneses
Lisiane Melo de Carvalho
Valesca de Sousa Brito
Vivianny Mary Jucá Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.3332030077

CAPÍTULO 8 82

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E O SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES E DESAFIOS DO TRABALHO PROFISSIONAL

Kelly Bezerra de Oliveira
Larissa Maria Souto Moura

DOI 10.22533/at.ed.3332030078

CAPÍTULO 9 89

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO CAMILO DE LÉLLIS

Jéssica Katariny Oliveira da Silva
Andressa Sonja Pereira de Castro

DOI 10.22533/at.ed.3332030079

CAPÍTULO 10 97

ENTRE A LOUCURA E AS MÚLTIPLAS LUTAS PELA SOBREVIVÊNCIA: FAMILIARES NA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL NO BRASIL

Lucia Cristina dos Santos Rosa
Sâmia Luiza Coêlho da Silva

DOI 10.22533/at.ed.33320300710

CAPÍTULO 11 108

A MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS COMO SUPORTE PARA A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Paula Martins da Silva Costa
Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho

DOI 10.22533/at.ed.33320300711

CAPÍTULO 12 125

ESPAÇO PROMOTOR DE SAÚDE: UMA ESTRATÉGIA PARA A QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO À LUZ DA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Christiane Silva Bitencourth Vilela
Ana Lúcia da Silva Dias
Juliana Rodrigues Freitas
Adma Oliveira Lima
Valeria Cristina da Costa Rosa

DOI 10.22533/at.ed.33320300712

CAPÍTULO 13 133

REQUISIÇÕES AOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS EM TEMPOS DE PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE

Suzérica Helena de Moura Mafra
Eliana Andrade da Silva

DOI 10.22533/at.ed.33320300713

SOBRE A ORGANIZADORA..... 144

ÍNDICE REMISSIVO 145

RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE SEU IMPACTO NO CORPO DA MULHER NEGRA

Data de aceite: 01/07/2020

Data da submissão: 01/04/2020

Noemi Cristina Ferreira da Silva

Assistente Social do Programa de Residência
Multiprofissional em Saúde da Mulher da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro - RJ

<http://lattes.cnpq.br/5123365933826161>

Angélica de Jesus Conceição Vieira

Assistente Social pela Universidade Federal
Fluminense

São Gonçalo - RJ

CPF: 082700527-01

<http://lattes.cnpq.br/8253522828811232>

RESUMO: O presente trabalho é fruto das contribuições ao resumo apresentado no III Congresso Estadual de Assistentes Sociais no Rio de Janeiro (2019) e, também, da publicação nos anais do XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (2019). Aborda-se a discussão do racismo institucional, na política de saúde, e os seus impactos no corpo da mulher negra, possibilitando refletir teoricamente a partir de um relato de experiência da Seção Pediátrica de um hospital oncológico de alta complexidade, utilizando

como recurso metodológico o estudo de caso. A perspectiva de análise do presente trabalho, é o materialismo histórico-dialético, na corrente da interseccionalidade, apresentando o papel do assistente social, em equipe multiprofissional, na luta contra todas as formas de opressão da classe trabalhadora.

PALAVRAS-CHAVE: Política de Saúde - Câncer Infantojuvenil - Racismo Institucional - Serviço Social - Interseccionalidade

INSTITUTIONAL RACISM IN HEALTH: REFLECTIONS ON ITS IMPACT ON THE BODY OF BLACK WOMEN

ABSTRACT: The present work is the result of contributions to the summary presented at the III State Congress of Social Workers in Rio de Janeiro (2019) and also of the publication in the annals of the XVI Brazilian Congress of Social Workers (2019). The discussion of institutional racism, in health policy, and its impacts on the body of black women is approached, making it possible to reflect theoretically from an experience report of the Pediatric Section of a high complexity oncology hospital, using as methodological resource the case study. The perspective of analysis of the present work is

historical-dialectical materialism, in the current of intersectionality, presenting the role of the social worker, in a multidisciplinary team, in the fight against all forms of oppression of the working class.

KEYWORDS: Health Policy - Childhood Cancer - Institutional Racism - Social Work – Intersectionality.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo origina-se do resumo apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em que foi relatada a experiência vivenciada na Seção Pediátrica de um hospital oncológico de alta complexidade, trazendo para a reflexão o racismo institucional e seus impactos no corpo da mulher negra.

Segundo o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), o câncer infantojuvenil corresponde a um grupo de várias doenças que têm em comum a proliferação descontrolada de células anormais e que pode ocorrer em qualquer local do organismo. Este tipo de câncer afeta mais comumente as células do sistema sanguíneo e os tecidos de sustentação. Entre os tumores mais frequentes na infância e na adolescência destacam-se as Leucemias (que afetam os glóbulos brancos), os que atingem o Sistema Nervoso Central e os Linfomas (sistema linfático). Outros tipos também acometem crianças e adolescentes como: o Neuroblastoma, Tumor de Wilms, Retinoblastoma, *Tumores germinativos*, Osteossarcoma e Sarcomas.

O câncer infantojuvenil é a doença que mais mata crianças e adolescentes no Brasil (8% do total) e a segunda causa de óbito neste grupo etário. Estima-se que este tipo de câncer represente de 1% a 4% da incidência de todos os tumores malignos na maioria das populações, sendo que aproximadamente 80% dos cânceres pediátricos ocorrem em países com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). Hoje, em torno de 80% das crianças e adolescentes acometidos da doença podem ser curados, se diagnosticados precocemente e tratados em centros especializados (INCA 2018).

A população brasileira já ultrapassa os 211 milhões de habitantes e destes, mais de 50% das pessoas, se autodeclaram negras, e em sua maioria pobres, sem oportunidades, o que dificulta o acesso à saúde e a recursos fundamentais, como, por exemplo, saneamento básico (IBGE, 2020). Apesar de a população negra ser a maioria no Brasil, ela não tem ocupado os mesmos espaços das pessoas brancas. Presencia-se mesmo após 130 anos de “Abolição” da escravatura, esta população ocupando os empregos de menor “prestígio” social e, por conseguinte de menor remuneração ou naqueles locais em que os brancos não querem estar. Assim, entende-se por racismo

“uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas consciente ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem” (ALMEIDA, 2018, p. 25).

Na concepção institucional, o racismo é tratado como resultado do funcionamento das instituições. Segundo Almeida (2018), *“as instituições atuam na formulação de regras e imposição de padrões sociais que atribuem privilégios aos brancos ou a grupos raciais específicos”* (Grifos do autor. p. 35).

No Brasil, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) é formulada, em 2009, a partir do reconhecimento do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde, com vistas à promoção da equidade em saúde (BRASIL, 2009) e traz, para o centro das discussões, o conceito de racismo institucional, tendo como base a instituição, em 2005, do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) no Brasil. Assim, o racismo institucional é compreendido como o

fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações. (CRI, 2006, p. 26).

Embora no Brasil, na década de 1990, fosse criado o Sistema Único de Saúde (SUS) com acesso universal e igualitário à saúde, foi necessário também a criação da PNSIPN como forma de garantia de atendimento integral à saúde da população negra. Esta política tem por objetivo minimizar as discrepâncias no atendimento da população negra que embora seja reconhecida como integrante da sociedade brasileira, e conseqüentemente sujeitos de direito, não conseguem acessar de forma plena e equânime os serviços de saúde.

Assim, a intenção deste texto é contribuir para o debate sobre racismo institucional na política de saúde, refletindo teoricamente a partir de uma situação vivenciada no cotidiano profissional e utilizando como recurso metodológico o estudo de caso.

2 | RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE

A política pública de saúde no Brasil, hoje organizada através do SUS, tem como princípios, a universalidade do acesso, a democratização das ações e serviços e a construção de uma nova forma de relação entre Estado e sociedade. Entretanto, o movimento da Reforma Sanitária embora tenha proporcionado a inserção dos movimentos sociais como protagonistas na luta por saúde pública universal e de qualidade, *“não foi suficiente para inserir, no novo sistema, mecanismos explícitos de superação das barreiras enfrentadas pela população negra no acesso à saúde, particularmente aquelas interpostas pelo racismo”* (WERNECK, 2016. p. 536).

O racismo não é preconceito e nem discriminação, ele é estrutural e sistêmico, e

apresenta vantagens e privilégios nas dimensões da vida cotidiana, “o racismo é parte da ordem social” (ALMEIDA, 2018, p. 36). É decorrente da própria estrutura social, e se “expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica” (idem, p. 39), e tem, na categoria *raça* o seu fundamento. Raça é entendida como um fenômeno que funda a modernidade, um processo que constrói subjetividades e desigualdades (SHUCMAN, 2014), tem caráter social, histórico e político.

A lógica do racismo funciona como um limitador de possibilidades, reconhecendo o humano como sujeito de direito e sujeito político de acordo com a construção de sua individualidade: ser branco ou negro. Desta forma, o não acesso aos direitos sociais pela população negra, é histórico, coloca-se a “culpa” deste não acesso na falta de representatividade, mas, na verdade, esses mesmos direitos não são pensados para esta população. Estar fora é uma regra.

O *racismo* no Brasil, enquanto uma construção sócio-histórica, traz consigo o *preconceito* e a *discriminação racial*, acarretando prejuízos à população negra nas diferentes fases do ciclo de vida, independente da camada social e da região de moradia. Reforça-se pela linguagem comum, mantém-se e alimenta-se pela tradição e pela cultura, ao mesmo tempo em que influencia a vida, a forma como as instituições se organizam e as relações interpessoais (Grifos dos autores. Lopes e Quintiliano, 2007 apud EURICO, 2013, p. 295).

Neste mesmo sentido González (1980) pontua que,

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas ... Nem parece preto. (p. 226)

O mito da democracia racial é uma falácia construída. Nega-se a humanidade das pessoas que foram escravizadas, associa-se a pessoa negra a um objeto/propriedade e criminaliza-se suas crenças. Para Silva (2018) a “*abolição da escravidão inaugurou simultaneamente o longo ciclo da marginalização do negro*” (p. 25). Segundo Eurico (2013) “*Na história contada sobre o país há uma lacuna importante quanto ao destino da população negra após a abolição, fruto do silêncio que insiste em ratificar que a injustiça cometida contra essa parcela da população cessou com o fim da escravatura*” (p. 294).

Em tempos de ataque aos direitos conquistados e avanço do conservadorismo, destaca-se que o racismo é como um fator que atinge, inclusive, a saúde mental da população negra e que é agravante para o acesso à saúde, moradia, consumo, etc. Reforça-se que o racismo é a “*crença na existência de raças e sua hierarquização. É a ideia de que há raças e de que elas são naturalmente inferiores ou superiores a outras em uma relação fundada na ideologia de dominação*” (Grifo das autoras. CFESS, 2016).

O debate sobre o racismo faz-se de suma importância para garantia da saúde, sendo estrutural na sociedade brasileira e mantendo intrínseca relação com a sociedade capitalista, se manifesta em diversas situações do cotidiano através de ações discriminatórias e até de violação de direitos. Quando uma pessoa negra chega a uma emergência hospitalar e

o médico entende que ela é mais resistente a dor e ao mal-estar e nega uma medicação ou ignora seus sintomas. A isto, denomina-se, racismo.

Observa-se, ainda, que a luta para acesso à saúde das mulheres negras, por exemplo, inicia-se muito cedo. Elas são as que mais morrem no parto, 60% contra 34% de mulheres brancas, e também a taxa de mortalidade neonatal atinge a maioria das crianças negras, segundo o Ministério da Saúde (2014). O Ministério da Saúde destaca, ainda, que a população negra é mais suscetível a algumas doenças como: hipertensão, diabetes tipo 2, anemia falciforme e mioma que podem ter origem genéticas ou hereditárias, mas, que ainda são potencializadas pelas condições socioeconômicas e de outros determinantes sociais desta população.

As iniquidades em saúde experimentadas por homens e mulheres negras são reflexos de como o racismo é um fator central no acesso aos serviços, ações e programas sociais estabelecidos no país (WERNECK, 2016). Apenas em julho de 2010, com a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal 12.288) o aparato jurídico brasileiro reconhece que “a nossa história, construída sobre as bases da desigualdade, reservou para a população negra o lugar das classes sociais mais pobres e de condições mais precárias” (BRASIL, 2010, p. 05). A própria PNSIPN afirma que o racismo institucional em qualquer caso, sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios produzidos pela ação das instituições. (BRASIL, 2013, p. 16)

Desta forma, o aparato jurídico brasileiro incorpora legislações que caracterizam o racismo como crime e como processo limitador de acesso aos direitos sociais no início do século XXI, tendo na política de saúde pública grande expressividade. Entretanto, no presente trabalho discute-se um estudo de caso em que o racismo institucional impactou, diretamente, em violações no corpo de uma adolescente negra.

3 | DESCRIÇÃO DO CASO

Usuária R. C. A.. 15 anos, solteira, órfã de mãe (falecida em 2008) *negra*, natural do estado do Rio de Janeiro e residente em um bairro do interior da zona metropolitana do Rio de Janeiro com o genitor. Dá entrada na Seção de Oncopediatria com diagnóstico de câncer de ovário, sendo matriculada, e no mesmo dia, internada no Centro de Terapia Intensiva (CTI) pediátrico.

No primeiro atendimento com o Serviço Social identifica-se que a usuária estava acompanhada de familiares: irmãos, tios e primos, entretanto, nenhum dos integrantes da rede de suporte, era seu representante legal. A usuária residia com o genitor desde o falecimento de sua mãe, todavia, durante o período de diagnóstico e tratamento da doença, o genitor não comparece a unidade de saúde, sendo o cuidado e a responsabilidade sobre a usuária compartilhada entre os familiares que foram citados.

A pedido do Serviço Social, o genitor comparece para atendimento e durante a entrevista social, com preenchimento de Avaliação Social, informa que a usuária passará a residir com os tios maternos em virtude do adoecimento, e que eles seriam os cuidadores e responsáveis. Os familiares/cuidadores da usuária relatam um relacionamento conflituoso com o genitor de R. C. A., mas, mostram-se comprometidos em garantir as melhores condições para a realização do tratamento da usuária e assegurar seu *direito* de estar acompanhada durante a internação.

Os familiares informaram que a usuária antes de matricular-se no Centro de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia realizou uma intervenção cirúrgica em decorrência de diagnóstico equivocado de Gravidez Ectópica, num hospital geral da rede pública de saúde.

Diante da gravidade do quadro clínico a equipe do Serviço Social opta por realizar orientação e encaminhamento para formalização da Representação Legal, via Conselho Tutelar, para o tio materno que, no momento, responsabilizou-se pelos cuidados da usuária.

Com o agravamento da doença e o encaminhamento da usuária para os Cuidados Paliativos exclusivos, a necessidade de intervenção de equipe multidisciplinar intensificase. A rede familiar apresenta à equipe os conflitos entre a sua religião e a proposta dos Cuidados Paliativos, o que exige maior comprometimento no atendimento aos familiares. Após quase três meses de internação, a usuária entra em Cuidados de Fim de Vida.

4 | REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DO RACISMO NO CORPO DA MULHER NEGRA

Ao longo do desdobramento deste caso foi possível refletir sobre como *“o racismo em articulação com o sexismo, ‘produz efeitos violentos sobre a mulher negra’* (GONZALEZ, 1984 apud CISNE e SANTOS, 2018, p. 111), pois R. C. A. era uma jovem mulher negra que teve como primeiro diagnóstico, para os seus sintomas, uma gravidez, o que ocasionou uma intervenção cirúrgica equivocada.

Retoma-se a afirmação de Almeida (2018) de que o racismo é estrutural, ele é o modo “normal” com que as relações se constituem. Percebe-se isto na fala dos familiares, visto que, em nenhum momento foi indagado se a usuária mantinha vida sexual ativa, para que justificasse tal diagnóstico e tal intervenção cirúrgica, na primeira unidade que a atendeu.

Concorda-se com Coelho (2013) quando a autora afirma que *“somente quando a teoria desvenda a realidade em sua complexidade, ela se torna a força que impulsiona a realidade porque se torna orientadora da prática”* (p.73). Desta forma, o assistente social enquanto profissional de saúde, tem papel fundamental no combate ao racismo institucional tão marcadamente presente na política pública de saúde.

De acordo com as pesquisas realizadas por Eurico (2013), *“as assistentes sociais da área da saúde [que foram entrevistadas] apresentam uma discussão mais abstrata sobre a reprodução de qualquer forma de discriminação racial”* (p. 303). Assim, outro fator importante no que diz respeito ao atendimento da população negra nas unidades de saúde corresponde aos profissionais que muitas vezes reproduzem atitudes discriminatórias e preconceituosas, violando direitos e valorizando um usuário em detrimento do outro.

Destacando que o racismo institucional se manifesta tanto nas instituições públicas como privadas e também é conhecido como discriminação indireta e,

Está nas relações de poder instituído, expresso através de atitudes discriminatórias e de violação de direitos. Por estar, muitas vezes, naturalizado nas práticas cotidianas institucionais, naturaliza comportamentos e ideias preconceituosas, contribuindo, fortemente, para a geração e/ou manutenção das desigualdades étnico-raciais (CFESS, 2016, p. 11).

O Código de Ética do Assistente Social (CFESS, 1993) determina o *“exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”* (p. 24). Assim, o assistente social comprometido com seu Código de Ética deve buscar a materialidade deste princípio, realizando a necessária conexão com a realidade vivenciada pela população negra (EURICO, 2013).

[...] as mulheres negras e indígenas pouco se beneficiaram das conquistas das brasileiras [...] As mulheres negras ainda ocupam a base da pirâmide social: desempenham as profissões consideradas de menor prestígio; apresentam o maior índice de desemprego; e recebem os menores salários dentre a população de mulheres e homens brancas/os. As mulheres negras apresentam um índice de analfabetismo três vezes maior do que o das mulheres brancas. (Plataforma Política Feminista, 2002, apud CISNE e SANTOS, 2018, p. 114)

“O racismo permeia as relações sociais, no modo de produção capitalista, de modo historicamente determinado, nenhuma instituição está imune a esta ideologia” (EURICO, 2018, p. 108). Confronta-se com esta perspectiva a premissa de que o *“prognóstico do câncer na criança e no adolescente é influenciado positivamente por estratégias de diagnóstico precoce e continuidade do cuidado por meio do tratamento adequado no tempo oportuno”* (MS, 2017, p. 09). Ou seja, no caso em estudo, o erro ao realizar o primeiro diagnóstico causou uma intervenção invasiva que não gerou nenhum benefício à R.C.A.

O câncer infantojuvenil é uma doença considerada raríssima, costuma-se verificar na fala de familiares que os diagnósticos equivocados muitas das vezes atrasam o início do tratamento. No caso de R. C. A. o diagnóstico equivocado de Gravidez Ectópica ocasionou atraso na chegada a unidade de tratamento oncológica.

De acordo com Daves (2016) *“racismo e sexismo convergem”* (Grifo da autora. p. 102) e *“no curso dessa convergência, a classe trabalhadora vai sendo forjada, explorada e oprimida de maneira diferenciada segundo o sexo e a raça”* (Grifo das autoras. CISNE e

SANTOS, 2018, p. 114). Este caso traz, para primeiro plano, a reflexão de que situações como esta não são exceções, são regra quando se está pensando o acesso da população negra, especialmente, das mulheres negras.

Para dar visibilidades às questões de saúde, preconceito, discriminação e de violência vivida por esta população, é importante que os profissionais de saúde busquem garantir a inclusão do quesito cor/raça em todos os instrumentos e sistemas de informação em saúde. Esta informação, de forma imediata contribui para uma intervenção qualificada, num segundo momento é importante para subsidiar a elaboração de políticas públicas de equidade voltadas para o atendimento desta população.

No que diz respeito ao assistente social, concorda-se com Eurico (2013) pois entende-se que ações isoladas não contribuirão para a superação de práticas racistas no cotidiano do trabalho, mas é a discussão, a apropriação do debate e a aproximação com a realidade dos usuários que contribuirão para a qualificação da atuação.

O equacionamento da questão não se restringe às ações profissionais isoladamente. Antes precisa contemplar a formação profissional, com análises críticas sobre a questão racial; a produção de conhecimento nos níveis de mestrado, doutorado e pós doutorado; o combate ao racismo nas diversas instituições, públicas e privadas; a suspensão do cotidiano para a reflexão dos efeitos nocivos do racismo na sociedade brasileira e o retorno do sujeito à realidade, cada vez mais crítico; e uma interface urgente entre o Serviço Social e as outras áreas das Ciências Sociais, que acumularam ao longo de décadas conhecimentos teóricos riquíssimos acerca da questão racial no Brasil (p. 308).

Assim, se faz necessária a inclusão de matérias voltadas para questão étnico-racial, história e cultura das populações negras e indígenas nos currículos de todos os cursos de formação profissional. E ainda com vistas à eliminação deste quadro de práticas racistas nas unidades de saúde, é necessário que busque-se reformulações que promovam a conscientização da sociedade e dos profissionais de saúde que atuam diretamente no atendimento desta população.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou discutir as práticas racistas, geradas pelo racismo institucional, no campo da política pública de saúde. Utilizando o estudo de caso, apresenta-se as reflexões que esta experiência profissional oportuniza. Busca-se, também, apresentar uma discussão sobre o exercício profissional e as possibilidades encontradas pelo assistente social no seu cotidiano de trabalho.

Assim, com este artigo o objetivo foi promover a reflexão sobre as experiências do trabalho do assistente social e aprofundar o processo de desvelamento da realidade a fim de qualificar a prática profissional para os que atuam na política pública de saúde, especialmente no que tange o debate sobre questão racial.

Não pretende-se esgotar todas as possibilidades de análise que o presente estudo possibilita, mas refletir sobre o impacto do racismo no corpo da mulher negra, e qual a

função do assistente social neste contexto de violação de direitos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BOUZAS, L. F.; CALAZANS, M. Tumores sólidos e hematológicos na infância e na adolescência - Parte 2. *Adolescência e Saúde*, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 12, 2007.
- BORIM, L. N. B. Aspectos clínicos e laboratoriais das crianças portadoras de leucemia linfotica aguda atendidas no Hospital de Base de São José do Rio Preto. (Dissertação) – Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.
- _____. Lei Federal 12.288, e julho de 2010. Dispõe sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.html. Acesso em 20/05/2019.
- CISNE, M. e SANTOS, S. M. M. dos. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*, São Paulo: Cortez, 2018.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Série Assistente Social no combate ao preconceito. Racismo. Caderno nº 3, Brasília, 2016.
- _____. *Código de Ética dos Assistentes Sociais*. Brasília. DF, 1993.
- COELHO, M.A. *Imediaticidade na prática profissional do assistente social*. Rio de Janeiro? Editora Lumen Juris, 2013.
- CRI. Articulação para o Combate ao Racismo Institucional. Identificação e abordagem do racismo institucional. Brasília: CRI, 2006.
- DAVES, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EURICO, M. C. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 114, p. 290-310 abr./jun. 2013.
- _____. Preta, preta, pretinha: O racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras (os) acolhidos (as). Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2018.
- GALINDO, R. C. et al. Toward the Cure of All Children With Cancer Through Collaborative Efforts: Pediatric Oncology As a Global Challenge. *Journal of Clinical Oncology*, v. 33, n. 27, p. 3065-3073, 2015. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4979198/pdf/zlj3065.pdf>> Acesso em 06/01/2020.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira (1980). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130749/mod_resource/content/1/Gonzalez.Lelia%281983-original%29.Racismo%20e%20sexismo%20na%20cultura%20brasileira_1983.pdf. Acesso em 20/05/2019.
- INCA. Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva. Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil. Coordenação de Prevenção e Vigilância. – Rio de Janeiro: INCA, 2017.
- _____. Estimativa 2020: incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: INCA, 2019.

MS. Ministério da Saúde. Protocolo de Diagnóstico Precoce do Câncer Pediátrico. Brasília, DF, 2017.

SILVA, J. M. da. *Raízes do Conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social*. São Paulo: Editora José Olympio, 2017.

WERNECK, J. Racismo institucional e saúde da população negra In: Revista Saúde e Sociedade. São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

<http://www.brasil.gov.br/noticias/cidadania-e-inclusao/2018/08/populacao-brasileira-ultrapassa-208-milhoes-de-pessoas-revela-ibge>. Acesso em 26/05/2019.

<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em 29/03/2020.

<https://www.geledes.org.br/saude-da-populacao-negra-racismo-e-condicoes-sociais-limitam-acesso-servicos-e-tratamentos/>. Acesso em 26/05/2019.

<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-infantojuvenil>. Acesso em 31/05/2019

<https://oglobo.globo.com/sociedade/mulheres-negras-sao-60-das-maes-mortas-durante-partos-no-sus-diz-ministerio-14655707>. Acesso em 11/06/2019

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abortamento 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39

Aborto 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39

Aids 38, 51, 52, 53, 54, 60, 61, 62

Álcool 40, 41, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 95, 107

B

Brasil 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 45, 52, 53, 54, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 81, 83, 85, 91, 92, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 120, 122, 123, 126, 127, 128, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 142

Brasileiro 4, 5, 19, 20, 22, 34, 53, 62, 63, 64, 66, 67, 72, 74, 100, 101, 116, 127, 131, 135

C

Câncer 27, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 78, 144

Caps 12, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 92, 94, 99, 103, 105, 107

CRAS 30, 34, 35

D

Desinstitucionalização 97, 98, 100, 101, 106

Diagnóstico 22, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 69, 72, 102, 113, 115, 121, 144

Direito 3, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 23, 24, 28, 29, 31, 46, 53, 55, 65, 66, 68, 74, 76, 95, 96, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 135, 138, 141

Documento 1, 4, 5, 7, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 31, 90, 93, 96, 117, 126

Drogas 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 95, 104, 107, 113, 117, 123

E

Educação 1, 17, 19, 20, 23, 24, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 60, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 91, 95, 102, 107, 109, 131, 133, 142

Empoderamento 17, 73, 74, 75, 78, 79, 81, 99, 127, 128, 129, 130, 132

Empresariamento 133, 134, 136, 137, 141

Envelhecimento 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 144

Estágio 23, 52, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 134

F

Família 1, 3, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 16, 18, 24, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 56, 57, 58, 60, 76, 77,

88, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 120, 122, 140, 144
Fundamentais 10, 40, 64, 86, 108, 109, 110, 118, 126
Fundamental 10, 19, 44, 61, 68, 74, 84, 88, 104, 109, 110, 111, 120, 121, 130

H

HIV 38, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62
Hospital 9, 10, 15, 36, 51, 52, 54, 63, 64, 68, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 89,
90, 92, 93, 94, 95, 96, 134, 139, 144

I

Idoso 16, 110, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

J

Judicialização 108, 109, 110, 117, 120, 121, 122, 123, 124

M

Mental 1, 2, 6, 7, 8, 9, 12, 15, 17, 18, 19, 23, 33, 40, 41, 42, 43, 45, 49, 50, 66, 89, 90, 91, 92, 93,
94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 126, 127, 128, 129, 132
Mulher 8, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 42, 43, 44, 45, 46, 47,
48, 49, 50, 61, 63, 64, 68, 70, 78, 103
Multiprofissional 25, 63, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 134, 140, 144

N

Nascimento 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 46, 51
Negra 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

P

Participação 5, 7, 22, 23, 33, 35, 38, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 87, 92, 94, 95, 97, 99, 100,
101, 102, 115, 116, 127, 129, 130
Planejamento 5, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 36, 37, 55, 75, 76, 78, 86, 139
Política 23, 28, 29, 38, 45, 51, 52, 53, 55, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 78, 86, 90, 91, 92,
96, 98, 99, 105, 106, 107, 111, 113, 114, 116, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 137,
138, 140, 141, 142, 143, 144
Promoção 10, 22, 25, 29, 32, 53, 65, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 87, 93, 95, 110, 123, 125, 126,
127, 128, 129, 130, 131, 132
Psicoativas 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50

R

Racial 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71

Racismo 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Relações Sociais 4, 6, 42, 47, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 61, 69, 84, 102

Reprodutivo 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 55

Residência 63, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 102, 134, 144

Rurais 1, 2, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 74

Rural 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 19

S

Saúde 1, 2, 8, 9, 10, 12, 15, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Saúde Mental 1, 2, 15, 17, 23, 33, 40, 41, 43, 45, 49, 66, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 127, 132

Sistema Único de Saúde 108

Social 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

SUS 23, 29, 36, 37, 38, 50, 53, 61, 65, 71, 72, 74, 75, 77, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 92, 94, 95, 100, 105, 106, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 136, 143

T

Transtorno 42, 90, 91, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107

Processos de Subjetivação no Serviço Social

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Processos de Subjetivação no Serviço Social

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](#) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020